

# **Debate público e respeito às instituições**

**A**s matérias sobre os rendimentos de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário do estado do Paraná, publicadas na **Gazeta do Povo** em 16 e 17 de fevereiro, causaram polêmica e descontentamento entre vários dos membros das referidas instituições. A Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) e a Associação Paranaense do Ministério Público (APMP) afirmaram que as reportagens não teriam sido elaboradas de forma adequada. As matérias e textos opinativos teriam sido desrespeitosos e serviriam para denegrir a imagem e a credibilidade das duas instituições. “A veiculação de fatos distorcidos e inverídicos, com o objetivo de desestabilizar instituições de Estado, jogando-as contra a população, caracteriza ato ilícito (abuso de direito) e consubstancia-se em dano à democracia, merecendo repúdio de toda a sociedade”, segundo nota conjunta das duas associações.

Diante dessas circunstâncias, a **Gazeta do Povo** esclarece que jamais teve tal intenção. Reconhecemos e respeitamos o Poder Judiciário e o Ministério Público como instituições indispensáveis para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. O trabalho de cada magistrado e de cada integrante do Ministério Público é essencial para a transformação que desejamos em nosso país, que infelizmente atravessa uma crise econômica, política e moral sem precedentes — crise esta que está sendo escancarada pela Operação Lava Jato, mas que ultrapassa (e muito) os seus limites.

É preciso esclarecer que as notícias e os textos de opinião publicados sobre a remuneração no Judiciário e no Ministério Público — com as particularidades nos diversos meses e os vários componentes agregados ao salário — em nenhum momento imputam às instituições ou aos seus membros a prática

**O trabalho de cada magistrado e de cada integrante do Ministério Público é essencial para a transformação que desejamos em nosso país**

de ilegalidades. Os valores expostos estão previstos por entendimentos de política remuneratória adotados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), pelos tribunais superiores e pelos órgãos de fiscalização. Esses componentes agregados, segundo a compreensão do CNJ e do CNMP, não violam o teto constitucional.

Ainda assim, não se deve interditar o debate público e franco acerca do próprio sentido do “teto” estabelecido na Constituição Federal — não apenas para essas instituições, mas para todo o serviço público. O tema da remuneração dos servidores públicos — incluindo os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público — interessa a todos os cidadãos.

Queremos reafirmar que, naquelas linhas, não estávamos imputando ilegalidades ou qualificando a ocorrência de um flagrante desrespeito ao ordenamento jurídico nacional, pois jamais esperaríamos esse tipo de conduta por parte de integrantes do Poder Judiciário ou do Ministério Público. Procuramos, sim, apresentar os dados disponíveis no Portal da Transparência e nas páginas do Ministério Público para expor fatos que dizem respeito a todos.

Lamentamos que as referidas matérias tenham causado tal desconforto e entendemos que, para juízes, desembargadores, promotores e procuradores, algumas expressões usadas nas reportagens possam ter sido recebidas com uma dureza maior que a desejada por quem as escreveu ou que a percebida pelo público em geral.

**Não se deve interditar o debate público e franco sobre a remuneração dos servidores públicos, tema que interessa a todos os cidadãos**

**CONTINUA**

23 FEV 2016

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

A **Gazeta do Povo** quer contribuir para que a nossa sociedade não perca a fé e a esperança na Justiça, materializada aqui por duas instituições que, neste momento tão sensível da nossa história, têm sido cruciais para a defesa do país e que são absolutamente fundamentais para todo e qualquer verdadeiro Estado Democrático de Direito.

Esperamos que esse debate sirva para o fortalecimento de toda a sociedade e seguiremos cientes de que o mesmo dever de comunicação que nos leva, com muita frequência, a relatar e a elogiar a valorosa e a corajosa atuação de tantos promotores, procuradores, juízes e desembargadores de nosso país leva-nos também, em outras situações, a trazer à baila situações que não nos parecem totalmente condizentes com o Paraná e com o Brasil sonhado por todos. Isso é liberdade de imprensa. Isso é liberdade de expressão. Isso é democracia, com total respeito às instituições.

23 FEV 2016

# GAZETA DO POVO

**CELSO NASCIMENTO**

**Olho Vivo**

## **O melhor...**

A sessão de quarta-feira (24) da Assembleia Legislativa será inteiramente à disposição do secretário da Fazenda, Mauro Ricardo da Costa. Cumprindo o que manda a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ele vai prestar contas da situação financeira do estado no terceiro quadrimestre de 2015. Isto é, vai fazer um balanço dos resultados de todo o ano passado e compará-lo com os de 2014 para mostrar que o governo reduziu despesas (com exceção do Tribunal de Justiça e do Ministério Público) e cumpriu os mínimos constitucionais com saúde e educação.

## **... está por vir**

Mas vai terminar a exposição com uma má notícia: a meta da Fazenda em 2016 será de aumentar ainda mais a arrecadação tributária – o que, aos olhos dos contribuintes, não significa exatamente a tradução daquela solene promessa de que “o melhor está por vir”.

23 FEV 2016

# GAZETA DO POVO

## Justiça Federal dá decisões contraditórias sobre isenção de pedágio no PR

*Katia Brembatti*

● Motoristas que conseguiram liminares na Justiça Federal para não pagar pedágio na praça de Jacarezinho, no Norte Pioneiro do Paraná, estão perdendo o direito em instâncias superiores. Mas, não são todos os usuários que tiveram a isenção cassada. Apenas a seção paulista da Justiça Federal está revogando algumas das liminares concedidas em janeiro.

A maior parte das ações judiciais partiu de Jacarezinho, no Paraná, e de Ourinhos, que fica em São Paulo, ambas próximas à divisa entre os dois estados. Na cidade paranaense, mais de 500 liminares foram dadas e nenhuma foi analisada ainda (nem revogada nem mantida) pelas turmas recursais da Justiça Federal em Curitiba. Portanto, as isenções concedidas continuam valendo.

Já entre as mais de 350 liminares dadas pela Justiça Federal em Ourinhos, cerca de 70 já foram analisadas pelas turmas recursais em São Paulo. Juízes diferentes de quatro turmas estão cassando as decisões em primeira instância, juízes diferentes de quatro turmas estão mantendo as liminares e três turmas ainda não se manifestaram sobre nenhum caso. Nas situações em que a isenção foi revogada, ainda não há um entendimento se os usuários terão de pagar as tarifas que deixaram de ser cobradas.

### Entenda

A isenção da cobrança de pedágio na praça de Jacarezinho foi concedida apenas aos motoristas que ingressaram com ações na Justiça — que está analisando cada caso individualmente. Depois, a concessionária é notificada a fazer, no prazo de 10 dias, uma carteirinha de isenção. O trecho é administrado pela concessionária Triunfo Econorte, e o valor da tarifa para automóveis é de R\$ 17,10.

23 FEV 2016

# GAZETA DO POVO

## Delcídio não tem condições morais de voltar ao Senado, diz presidente da OAB

Senador pelo PT do Mato Grosso do Sul, Delcídio do Amaral permaneceu quase três meses preso sob a acusação de tentar obstruir as investigações da Operação Lava Jato

BRASÍLIA  
Das agências

● O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, afirmou na segunda-feira (22) que o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) “não tem condições morais”, neste momento, para reassumir sua vaga no Congresso. O petista permaneceu quase três meses preso por tentativa de obstruir as investigações da Operação Lava Jato, mas foi solto na noite de sexta-feira (19) por decisão do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Para Lamachia, impedir que Delcídio continue no Senado seria bom para as apurações do esquema de corrupção da Petrobras. “As gravações tornadas públicas que mostram o teor da atuação do senador Delcídio do Amaral em favor de um dos envolvidos no esquema de corrupção da Petrobras são motivo para que ele não reassuma seu mandato”, afirmou o presidente da entidade.

“O senador Delcídio deve ter acesso à ampla defesa e ao devido processo legal nas ações que pesam contra ele, mas não tem, neste momento, condições morais de ocupar uma vaga no Senado da República. Afastá-lo do poder que o mandato lhe confere também protege o bom andamento das investigações”, completou.

### Volta

Delcídio do Amaral não retomará as atividades no Senado na terça-feira (23), como chegou a ser divulgado. De acordo com a assessoria do parlamentar, ele irá resolver questões jurídicas com seus advogados para viabilizar seu retorno, além de passar por um check-up médico antes de retomar os trabalhos.

Entre as dúvidas está a determinação do ministro Teori Zavascki para que Delcídio permaneça recolhido no período noturno. A princípio não foi estabelecido um horário para esse recolhimento, gerando incertezas a respeito da participação do parlamentar em sessões do Senado que poderão ocorrer à noite.

Volta de Delcídio ao plenário do Senado estava programada para hoje, mas ainda não deverá ocorrer.

### POLÊMICA

#### Suposta ameaça de entregar colegas revolta senadores

● A suposta ameaça feita pelo senador Delcídio do Amaral (PT-MS) de que poderia entregar colegas caso tivesse seu mandato cassado pelo Conselho de Ética da Casa reverberou entre os senadores na segunda-feira (22). Em discursos na tribuna do plenário do Senado, os parlamentares criticaram a postura do colega. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, o petista teria afirmado a interlocutores que se fosse cassado, levaria “metade do Senado” com ele. Uma das maiores preocupações de Delcídio é ter o mandato cassado porque, com isso, ele perderia o chamado foro privilegiado e seu caso iria para a primeira instância. Lá seria analisado pelo juiz Sergio Moro. Diante da repercussão e em uma estratégia para preparar o seu retorno ao Congresso, Delcídio ligou para alguns parlamentares ainda na segunda para negar que tenha feito ameaças a colegas.

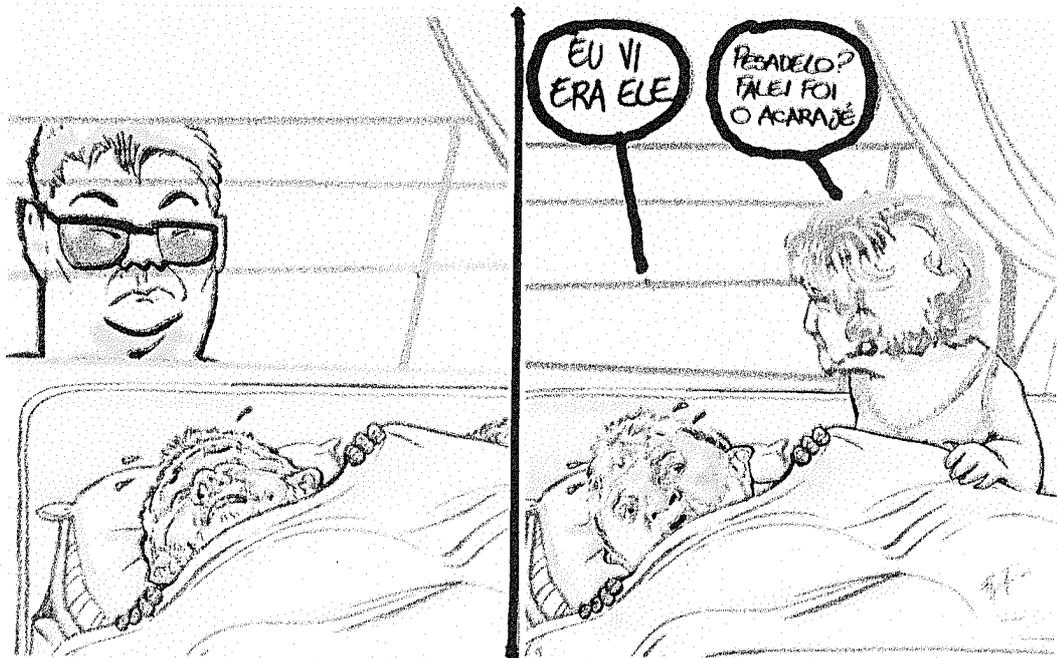
### ATUAÇÃO NA CASA

Uma das dúvidas diz respeito à atuação de Delcídio do Amaral nas comissões temáticas do Senado. O petista era presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tida como uma das mais importantes. A tendência é que ele renuncie ao comando da comissão. Pela proporcionalidade das bancadas, como o comando da CAE cabe ao PT, o cargo deve ficar com Gleisi Hoffmann.

23 FEV 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



23 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

# Moro decreta prisão de marqueteiro de Dilma, e cassação tem novo fôlego

Alvos da Lava Jato, repasses feitos a João Santana no exterior não estão ligados à campanha da presidente, diz governo

Responsável por campanhas da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula, o publicitário João Santana teve sua prisão decretada em nova fase da Lava Jato.

A principal acusação é de que o marqueteiro e sua mulher, Mônica Moura, receberam, no exterior, US\$ 7,5 milhões (cerca de R\$ 30 milhões) de empresas ligadas à empreiteira Odebrecht e ao lobista Zvi Skornicki, representante de estaleiro que tem negócios com a Petrobras.

O casal, que estava na República Dominicana, deve chegar ao Brasil nesta terça.

Em relatório, a Polícia Federal afirma que “há forte probabilidade” de que os pagamentos tenham “vinculação direta” com serviços que Santana prestou ao PT.

Segundo o juiz Sergio Moro, responsável por processos da Lava Jato, há “fundada suspeita” de que os repasses tenham origem em acordos de propina em contratos da Petrobras.

A acusação reforça o processo de cassação de Dilma na Justiça Eleitoral, que apura suposto financiamento de sua campanha de 2014 com recursos do petrodólar. A oposição quer que novos elementos sejam enviados ao Tribunal Superior Eleitoral.

O advogado da campanha de Dilma, Flávio Caetano, afirmou que os pagamentos ao publicitário foram registrados legalmente. Em nota, João Santana negou todas as acusações.

23 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

# Pedido de prisão de Santana eleva a pressão sobre Dilma

● LAVA JATO ACUSA MARQUETEIRO DO PT  
E MULHER POR RECEBER US\$ 7,5 MI  
DE EMPREITEIRA E LOBISTA; PROCESSO DE CASSAÇÃO  
NO TSE GANHA FÔLEGO

Responsável por campanhas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff, o publicitário João Santana teve sua prisão decretada pela 23ª fase da Lava Jato, batizada de Operação Acarajé. A principal acusação é de que ele e sua mulher, Mônica Moura, receberam US\$ 7,5 milhões no exterior do lobista Zvi Skornicki, representante de um estaleiro que tem negócios com a Petrobras, e de offshores ligadas à empreiteira Odebrecht.

Santana, que estava na República Dominicana, disse que voltaria ao Brasil para se entregar. Em nota, afirmou que as acusações contra ele são infundadas.

A Polícia Federal declarou ser provável que os recursos, não declarados, tenham ligação com o trabalho de Santana para o PT. A origem seriam contratos da Petrobras. A acusação reforça o pedido de cassação de Dilma na Justiça Eleitoral, que apura suposto financiamento de sua campanha de 2014 com recursos do petrodólar. Em nota, o advogado de Dilma, Flávio Caetano, disse repudiar a tentativa de associação com a campanha petista, e afirmou que os pagamentos a Santana foram registrados legalmente.

CONTINUA

## 23 FEV 2016

### OS PAGAMENTOS A JOÃO SANTANA



**Esquema de desvios da Petrobras**  
A PF suspeita que propina da estatal tenha sido transferida ao marqueteiro em benefício do PT



**Odebrecht**

Empreiteira envolvida na Lava Jato

**US\$ 3 milhões**

De 13.abr.12 a 8.mar.13



**Zwi Skornicki**

Operador de propinas do esquema da Petrobras

**US\$ 4,5 milhões**

De 25.set.13 a 4.nov.14

Innovation Offshore controlada pela Odebrecht

Klienfeld Offshore controlada pela Odebrecht

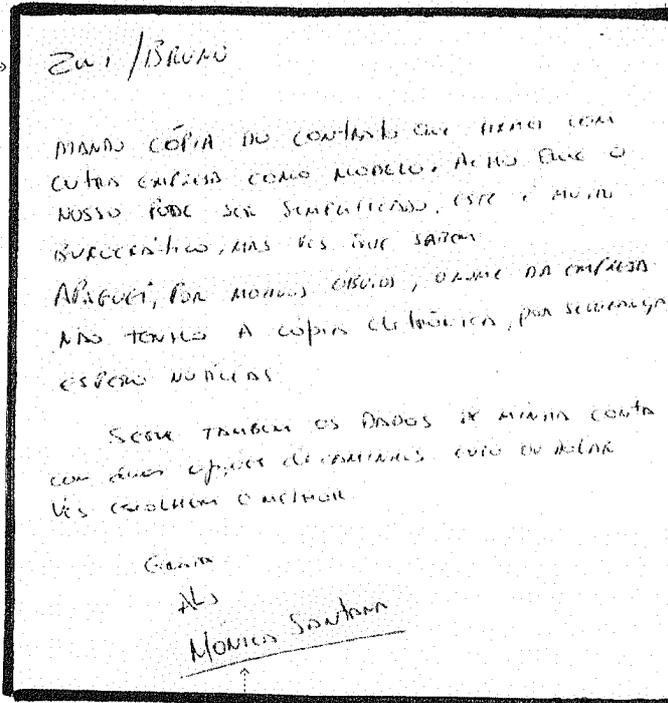
**Shellbill Finance S.A.**  
Offshore controlada por Mônica Moura, mulher de João Santana



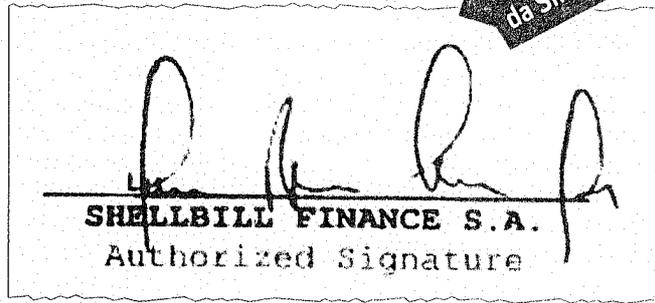
**João Santana**

### OBILHETE

Em mensagem para Zwi, Mônica dá orientação de como enviar pagamento a ela no exterior: basta imitar o contrato de outra empresa que já havia feito isso. Ela diz que apagou o nome dessa outra empresa, mas a Lava Jato consegue identificar "Klienfeld", offshore ligada a Odebrecht

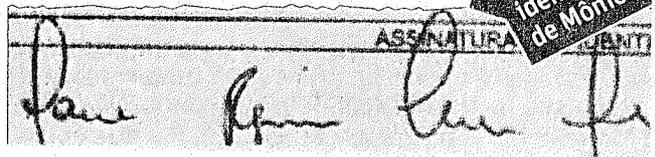


**Contrato da Shellbill**



**ASSINATURA** Mônica Moura aparece como responsável pela Shellbill

**Carteira de identidade de Mônica**



23 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

# Auditor diz desconhecer existência de esquema criminoso

Loriane Comeli

*Reportagem Local*

O primeiro dia de audiências para ouvir testemunhas arroladas pela defesa no processo relativo à Operação Publicano 1 – que apura a existência de uma organização criminosa incrustada na Receita Estadual de Londrina e com ramificações na cúpula, em Curitiba, segundo acusação do Ministério Público (MP) – foi rápida. Apenas seis pessoas prestaram depoimentos e a sessão durou apenas uma hora.

No total, estavam marcados para ontem 31 depoimentos, mas várias testemunhas foram dispensadas pelos advogados dos réus e outras prestarão declarações escritas sobre o caráter dos acusados, por se tratarem de testemunhas abonatórias, ou seja, sem conhecimento dos supostos fatos criminosos.

Um dos que prestaram depoimento ontem foi o delegado da Polícia Civil Manoel Pelisson, arrolado pelo investigador André Santelli, que, no processo da Publicano, responde por ter supostamente, a pedido da organização criminosa, tentado cooptar um policial do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaceo) para obter informações

privilegiadas acerca das investigações na Receita. O delegado restringiu-se a confirmar que trabalhou com Santelli e que somente conhecia os atos ilícitos atribuídos a ele pela imprensa.

O depoimento mais longo foi do auditor Carlos Roberto Panaro, que trabalha há mais de 20 anos na Receita de Londrina e disse desconhecer a existência do esquema criminoso.

Para hoje, foi convocado o atual delegado da Receita de Londrina José Carvalho Júnior. Ele foi arrolado por três colegas auditores réus no processo. Em princípio, também foram convocadas 31 testemunhas para hoje, mas, novamente, pessoas devem ser dispensadas pelos advogados.

As audiências da Publicano começaram na segunda-feira passada, com os depoimentos de 27 testemunhas de acusação, e seguem até 10 de março, quando todos os 52 réus residentes em Londrina devem ser ouvidos. Ao todo, são 73 acusados, mas alguns moram em outras cidades e serão ouvidos por carta precatória.

23 FEV 2016

# FOLHA DE LONDRINA

## Justiça nega pedido de Suzane para cursar faculdade

*Promotor fez questionamento  
sobre a garantia de segurança à  
detenta durante o período escolar*

José Maria Tomazela  
Agência Estado

**Sorocaba** - A Justiça de São Paulo negou pedido de Suzane Von Richthofen, condenada a 38 anos e seis meses de prisão por matar os pais, para cursar uma faculdade. Ela foi aprovada em vestibular da Faculdade Anhanguera, instituição privada de Taubaté, para o curso de Administração, mas não poderá se matricular. O juízo da Vara de Execuções Criminais da cidade entendeu que não há como garantir a segurança da detenta. Suzane cumpre pena na Penitenciária 1 de Tremembé pelo assassinato dos pais, Manfred e Marísia, em 2002.

A petição foi encaminhada à Vara de Execuções no último dia 3. Ao se manifestar sobre o pedido, o promotor de Justiça Paulo José de Palma fez questionamento sobre a garantia de segurança à detenta durante o período escolar. Desde outubro do ano passado, Suzane está no regime semiaberto, o que lhe possibilitaria frequentar a universidade. A decisão, no entanto, levou em conta

falta de condições para garantir a segurança da detenta, que ainda está sob tutela do Estado.

A presa pediu ao defensor público Rui Freire, responsável pela sua defesa, para entrar com recurso contra a decisão. A Defensoria Pública de Taubaté informou que Freire não se manifestaria sobre o caso. A expectativa é de que o recurso da defesa seja avaliado ainda esta semana.

Já o Ministério Público de São Paulo não deve entrar com recurso contra a decisão judicial. Em dezembro de 2015, a Justiça negou pedido de Suzane para passar o Natal fora da prisão. A justificativa foi de que a detenta não apontou o endereço de familiares em que ficaria alojada durante o período natalino.

23 FEV 2016

## FOLHA DE LONDRINA

### OPINIÃO DO LEITOR

#### **Segunda instância**

A respeito do Espaço Aberto do dia 20 de fevereiro ("O STF e a condenação em segundo grau"), sou totalmente favorável à prisão por crime em julgamentos de segunda instância caso seja mantida a sentença do primeiro juiz. Em resposta à pergunta do articulista, na minha visão de cidadão, o réu não será indenizado por ninguém, fica como um osso do ofício. Nossas leis são criadas por políticos, que em sua grande maioria só se movimentam em causa própria ou em situações que lhes tragam benefícios diretos, e por isso nossas leis prestigiam o que está errado. Conforme disse o nobre advogado em seu artigo, pode ocorrer a prescrição do processo, pois é isso que ocorre na maioria das vezes com os criminosos, diante das centenas de recursos que nossa Justiça permite atualmente. Além de não pagarem por seus crimes, os criminosos consomem o Judiciário com ações que só visam o passar dos anos.

PAULO MAURICIO ACQUAROLE (aposentado) - Londrina

23 FEV 2016

BEM PARANÁ

# Em "guerra", PMDB de Curitiba faz convenção

Justiça rejeita recurso de Requião contra suspensão de dissolução do diretório

Ivan Santos

O PMDB de Curitiba faz hoje convenção para eleger o novo comando do partido na Capital mais uma vez em clima de "guerra". Ontem, a desembargadora Lélia Giacommet, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR), rejeitou recurso do Diretório Estadual, presidido pelo senador Roberto Requião, que tentava impedir a realização da eleição interna. Com isso, está mantida a votação que deve eleger o atual secretário-geral da sigla na Capital, Doático Santos, para a presidência do PMDB curitibano. Doático integra a ala dissidente do PMDB paranaense que é adversária interna do grupo de Requião, e ameaça barrar a candidatura do filho do senador, deputado estadual Maurício Requião Filho (PMDB) à prefeitura de Curitiba nas eleições deste ano.

Eleito presidente do PMDB paranaense no final do ano passado, Requião dissolveu o diretório municipal, atualmente presidido pelo suplente de deputado estadual Reinhold Stephanes Júnior — aliado do governador Beto Richa (PSDB). Após a dissolução, o senador



Valquir Aureliano

Doático: PMDB articula aliança com PSB de Ducci

nomeou o próprio filho como presidente da comissão municipal provisória do PMDB na cidade.

Os dissidentes, porém, conseguiram uma liminar do juiz Paulo Guilherme Mazini, da 11ª Vara Cível de Curitiba, que suspendeu a dissolução do diretório municipal e reconduziu Stephanes Jr à presidência da legenda na Capital. O grupo então convocou para hoje a convenção para eleger o novo diretório municipal, que comandará a escolha dos candidatos peemedebistas a prefeito e vereador na cidade.

**Boicote** — Além disso, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) expediu a lista dos filiados que estão aptos a votar na convenção, confirmando a votação. Como o grupo de Requião não reconhece a legitimidade da convenção, não inscreveu nenhum representante para a disputa, que terá chapa única, encabeçada por Doático. Dos seis mil filiados da legenda, ele prevê que apenas cerca de 500 devem votar, já que a ala requianista deve boicotar a eleição interna. Segundo ele, a intenção do grupo é articular uma aliança de oposição ao prefeito Gusta-

**"É um factoide. Vamos esperar a decisão da Justiça".**

*Do deputado estadual Maurício Requião Filho (PMDB), dizendo que não deve participar da convenção de hoje*

vo Fruet (PDT), que pode incluir o PSB do ex-prefeito e deputado federal Luciano Ducci, pré-candidato à prefeitura. Entre os pré-candidatos da ala dissidente a prefeito estão, além de Stephanes Jr, o ex-governador Orlando Pessuti. "Queremos que o Pessuti e o Stephanes permaneçam no PMDB e sejam pré-candidatos", confirmou Doático.

Requião Filho confirmou que não participará da convenção. "É um factoide. Vamos esperar a decisão da Justiça", alegou, referindo-se a outros recursos já protocolados pela ala requianista.

**23 FEV 2016**

## **BEMPARANÁ**

### **Cassado**

O prefeito de Terra Rica (região Noroeste), Devalmir Molina Gonçalves (PSL) perdeu o mandato eletivo após ter os direitos políticos suspensos pela Justiça Eleitoral, em decorrência de condenação criminal transitada em julgado. Ele foi denunciado pelo Setor de Crimes Praticados por Prefeitos do Ministério Público do Estado do Paraná por irregularidades em licitações, sendo condenado pelo Tribunal de Justiça do Paraná à pena de dois anos de prisão, em regime aberto – substituída por duas penas restritivas de direitos consistentes em prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade.

23 FEV 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Liminar proíbe pesca na foz do Rio Doce

Entrou em vigor ontem a proibição da pesca na região da foz do Rio Doce. A medida havia sido solicitada pelo Ministério Público Federal por meio de uma ação civil pública e, assim, uma liminar foi concedida pela Justiça Federal do Espírito Santo. Conforme decisão do juiz Wellington Lopes da Silva, a suspensão da atividade pesqueira tem efeito em dois municípios do litoral capixaba: Aracruz e Linhares. A proibição vale por prazo indeterminado e a única exceção é a pesca destinada à pesquisa científica.

A procuradora da República, Walquiria Imamura Picoli, explica que a ação foi motivada pela ausência de estudos conclusivos sobre a contaminação de peixes, moluscos e crustáceos que habitam a foz do Rio Doce, na qual se encontram rejeitos de mineração provenientes da barragem da mineradora Samarco, que se rompeu em novembro de 2015 no município de Mariana (MG).

“Embora pesquisas venham sendo realizadas, ainda não há um grau de segurança científica que dê ao consumidor o seu direito de informação e de acesso à saúde. Também aguardamos estudos sobre a existência de espécies cuja sobrevivência podem estar em risco”, explica ela.

### JUSTIÇA FEDERAL BLOQUEIA R\$ 500 MILHÕES DA SAMARCO, VALE E BHP BILLITON

A Justiça Federal determinou o bloqueio de R\$ 500 milhões da Samarco, para assegurar a efetivação de medidas para recuperação do meio ambiente e da área urbana do município de Barra Longa (MG), um dos mais atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), em novembro de 2015.

Entre os prejuízos causados ao município, houve devastação do distrito de Gesteira e destruição de equipamentos públicos, obras de infraestrutura, redes de saneamento e de abastecimento de água, além de escolas.

### FÁBIO CAMPANA Na cadeia

A força-tarefa da Operação Lava Jato considera que as provas reunidas nos processos de réus condenados pelo juiz federal Sérgio Moro, que terão recursos julgados em segundo grau ainda este ano, permitem que o Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região mande prender empresários, executivos e políticos. A possibilidade foi aberta com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que alterou jurisprudência e permitiu a execução da pena em segunda instância – sem necessidade de aguardar o transitado em julgado do processo.

“ Se o conjunto dos funcionários públicos recebessem as “compensações” que MP e Judiciário se concederam administrativamente quebrava o país.”

Roberto Requião, senador do PMDB nativo

23 FEV 2016

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Justiça determina bloqueio de contas de João Santana

## Publicitário teve sua prisão decretada pela Lava Jato

O juiz federal Sérgio Moro determinou ontem (22) o bloqueio das contas pessoais e das empresas do publicitário João Santana e de sua mulher, Mônica Moura. O bloqueio foi solicitado pelo Ministério Público Federal (MPF) e atinge as contas das empresas Santana & Associa-

dos Marketing e Propaganda Ltda e a Polis Propaganda e Marketing Ltda. As contas do engenheiro ZwiSkornicki, representante oficial no Brasil do Estaleiro KeppelFels, e do funcionário da empreiteira Odebrecht Fernando Migliaccio também foram bloqueadas. Todos os investiga-

dos citados tiveram prisão decretada na nova etapa da Operação Lava Jato, de segunda-feira (22).

De acordo com a decisão, as instituições bancárias devem bloquear até R\$ 25 milhões de cada investigado, valor que eventualmente está depositado nas contas.

O valor do bloqueio é padrão e não significa que os investigados tenham a quantia depositada. Os investigadores suspeitam que Santana e sua mulher receberam US\$ 3 milhões, que teriam sido pagos por meio de empresas offshores controladas pela Odebrecht. ●

# Justiça bloqueia R\$ 500 mi da Samarco, Vale e BHP Billiton

## Decisão assegura medidas de recuperação do meio ambiente

 A Justiça Federal determinou o bloqueio de R\$ 500 milhões da Samarco, para assegurar a efetivação de medidas para recuperação do meio ambiente e da área urbana do município de Barra Longa (MG), um dos mais atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), em novembro de 2015.

Entre os prejuízos causados ao município, houve devastação do distrito de Gesteira e destruição de equipamentos públicos, obras de infraestrutura, redes de saneamento e de abastecimento de água, além de escolas. Além do bloqueio do

dinheiro, a Samarco e suas controladoras Vale e BHP Billiton deverão apresentar, em até 30 dias, projetos para recuperar, em seis meses, os bens públicos e de infraestrutura danificados na cidade. ●

23 FEV 2016

# JORNAL DO ÔNIBUS

## Notas políticas

### **Convenção mantida**

O Tribunal de Justiça do Paraná rejeitou recurso da Direção Estadual do PMDB contra a convenção municipal do partido, em Curitiba, marcada para hoje. Com isso, está mantida a votação que deve eleger o atual secretário-geral da sigla na Capital, Doático Santos, para a presidência do PMDB curitibano. Doático integra a ala dissidente do PMDB paranaense que é adversária interna do grupo do senador Roberto Requião.

23 FEV 2016

## METRO

# Justiça bloqueia R\$ 500 mi da Samarco, Vale e BHP

A Justiça de Minas Gerais determinou ontem o bloqueio de R\$ 500 milhões das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton. O recurso deve ser usado para recuperar os danos ambientais em Barra Longa, um dos municípios da região Central do Estado atingido pelo rompimento da barragem da Samarco.

As três mineradoras têm 30 dias para elaborar e apresentar projetos de reparação dos bens públicos e da infraestrutura da cidade destruída pela lama de rejeitos de minério. Em caso de descumprimento, a multa diária prevista é de R\$ 500 mil.

A Samarco informou que vai recorrer. Em no-

ta, a empresa disse que defende "a revogação do bloqueio como medida necessária para que possa dar continuidade às ações que já estão em andamento para mitigar os impactos sociais e ambientais decorrentes do acidente". A BHP Billiton e a Vale não se manifestaram sobre a nova decisão judicial. Desde ontem, a pesca na foz do Rio Doce foi proibida por meio de uma liminar obtida pelo MPF (Ministério Público Federal), com a justificativa de preservar a saúde da população local.

### Acordo com a União

Nesta semana, o governo federal deve fechar o acordo com as mineradoras pa-

ra promover dezenas de programas de recuperação ambiental, social e econômica na bacia do Rio Doce atingida pelo rompimento da barragem. Segundo a AGU (Advocacia-Geral da União), os custos previstos no acordo devem exceder os R\$ 20 bilhões pedidos na Ação Civil Pública aberta pelo órgão em novembro na Justiça Federal, em conjunto com as procuradorias-gerais do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Após dezenas de reuniões, cerca de 40 programas ambientais, sociais e de fomento econômico foram estabelecidos no acordo, que acumula mais de 300 cláusulas e 100 páginas. © METRO BH

## Ex-governadores, Roriz e Arruda são condenados por improbidade

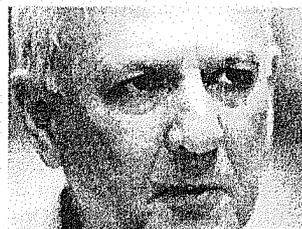
Os ex-governadores do DF Joaquim Roriz e José Roberto Arruda foram condenados por improbidade administrativa na manhã de ontem pelo juiz Álvaro Ciarlini, da 2ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Os atos considerados ilícitos foram revelados durante a Operação Caixa de Pandora, que investiga esquema de propinas a distritais e aliados, conhecido como "Mensalão do DEM". No caso da condenação de ontem, o tribunal aceitou denúncia do MPDFT (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) de pagamento de propinas que teriam começado ainda no governo de Roriz, com destino à campanha eleitoral de Arruda.

O juiz determinou paga-



Propinas teriam sido recebidas durante governo Roriz | ANTONIO CRUZ/ABR



O dinheiro teria ajudado a eleger Arruda | ANDRESSA ANHOLETE/ARQUIVO METRO

mento de danos morais e coletivos no valor de R\$ 2 milhões, que deverá ser rateado. O valor do ressarcimento a ser pago aos cofres públicos foi fixado em R\$ 250 mil. Os réus perdem os direitos políticos, ficando proibidos de contratar com o poder público ou ocupar cargo político.

### Defesa

Eri Varela, advogado de Ro-

riz, também alegou não ter recebido a sentença, mas adiantou que recorrerá da decisão. "O ex-governador é absolutamente inocente", disse. Os advogados de Durval Barbosa e Arruda não retornaram o contato da reportagem.



FABIANE GUIMARÃES  
METRO BRASÍLIA

23 FEV 2016

METRO

TRIBUNA DO PARANÁ

PMDB

### Convenção será hoje

Em meio a uma disputa judicial, o diretório municipal do PMDB realiza hoje uma convenção partidária em que vai eleger os membros do diretório para comandar a legenda nas eleições da capital. Na semana passada a ala do secretário geral Doãnico Santos (foto) obteve tempo na Justiça, já que uma decisão da desembargadora Lella Glacomel remeteu um pedido feito pelo grupo rival, do senador Roberto Requião (PMDB), para outra Câmara do Tribunal de Justiça. Requião pede a dissolução do atual diretório municipal do partido.

### INVESTIGAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu na última sexta-feira mais uma investigação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). O caso tramita em segredo de justiça e tem relação com a denúncia existente na Corte sobre suposto recebimento de propina pelo parlamentar para pagamento de despesas pessoais.

### SEM CONDIÇÕES

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, afirmou ontem que o senador Delcídio Amaral (PT-MS) não tem 'condições morais' de voltar a ocupar uma vaga no Senado. O petista permaneceu quase três meses preso por tentativa de obstruir as investigações da Operação Lava Jato, mas foi solto na noite da última sexta-feira por decisão do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF).